



ARTIGO



Impactos da Violência Doméstica na Saúde Mental das Mulheres:

Uma revisão de literatura (2019-2023)

Ellen Camyle, *Universidade Federal da Grande Dourados*

Esmael Alves de Oliveira, *Universidade Federal da Grande Dourados*

Resumo: A violência contra as mulheres, principalmente dentro de relacionamentos íntimos, é um fenômeno complexo e multifacetado a ser tratado com seriedade. Nos últimos anos, as discussões sobre relacionamentos abusivos têm crescido, seja no âmbito acadêmico, seja no âmbito social, juntamente com o elevado número de denúncias e casos divulgados pela mídia. É necessário questionar as razões que levam uma mulher a permanecer nesse tipo de relação, que a afeta tanto psicologicamente quanto fisicamente, abalando sua autoestima e colocando-a em situações de violência diária. Com o objetivo de compreender essa problemática, a presente pesquisa, de natureza qualitativa, concentrou-se na revisão da literatura, a partir das bases de dados SciELO, LILACS e BVSsalud, de produções acadêmicas em língua portuguesa produzidas nos últimos cinco anos (2019-2023). Os resultados nos permitem afirmar a importância de mais pesquisas sobre tal problemática bem como a necessidade de criação e consolidação de políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos e acessos que possam refletir na superação dos agravos na saúde das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de gênero. Violência doméstica. Saúde Mental. Agravos em Saúde. Revisão de literatura.



Introdução

Este artigo apresenta os resultados do projeto de iniciação científica desenvolvido pela primeira autora e orientado pelo segundo autor no contexto do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal da Grande Dourados. O trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa “Diálogos entre Antropologia e Psicologia na Fronteira: teorias, métodos e problemas de pesquisa”, conduzida pelo segundo autor, e teve o intuito de compreender os impactos da violência doméstica na saúde mental das mulheres a partir de uma revisão de literatura das produções acadêmicas em língua portuguesa produzidas ao longo dos últimos cinco anos (2019-2023).

É preciso dizer de antemão que existem diversas formas desse tipo de violação, sendo possível citar entre elas: violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial (BRASIL, 2006). É possível afirmar que todas estas, quando executadas com frequência e de maneira cotidiana, acabam por caracterizar um relacionamento abusivo, que não é apenas prejudicial à companheira, mas também constitui um problema de saúde pública e uma violação grave dos direitos humanos. Na dinâmica do relacionamento abusivo, surge uma vítima que é continuamente subjugada e desqualificada pelo parceiro. Diversos fatores tornam a saída desse relacionamento difícil, por exemplo, dependência financeira e emocional ou a presença de filhos. A pressão social pode levar o cônjuge a acreditar que tem algum tipo de obrigação de permanecer na relação, sacrificando sua própria saúde mental para proporcionar alguma estabilidade aos filhos (SOARES; TEIXEIRA, 2022).

Conforme os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) demonstram, uma em cada quatro mulheres entre 15 e 24 anos já sofreu violência de seus parceiros em um relacionamento. Esse número, somado a todas as outras evidências, evidencia a existência de um machismo estrutural (SILVA et al., 2022), uma vez que a sociedade parece julgá-las cada vez mais em vez de acolhê-las, enquanto, inegavelmente, o machismo permite que os homens recebam tratamento privilegiado, culpando-as pelas agressões sofridas. Esse comportamento discriminatório se evidencia no cotidiano das práticas, dos discursos sociais e dos imaginários sociais que reiteram o lugar da mulher como sendo “naturalmente” inferior ou subordinado ao lugar do homem na sociedade.

Considerando esse contexto, a presente pesquisa teve o intuito de compreender os impactos da violência doméstica na saúde mental das



mulheres. Neste artigo, a saúde mental compreende, “a partir de uma perspectiva sociocultural, o sofrimento mental não apenas como um adoecimento do corpo, mas uma consequência de condições sociais determinadas e dos lugares ocupados pelos sujeitos” (TEIXEIRA; PAIVA, 2019, p. 12).

Assumindo uma perspectiva qualitativa, concentrou-se na revisão de literatura, por meio das bases de dados SciELO, LILACS e BVSsalud, das produções acadêmicas em língua portuguesa produzidas nos últimos cinco anos (2019-2023). A questão abordada vai muito além do que é exposto pela mídia. Trata-se de uma combinação de fatores que, quando aliados ao contexto de abuso, resultam em casos em que a parceira dificilmente sairá do relacionamento sem apoio por parte do Estado. A reação de algumas pessoas parece ser, inicialmente, de julgamento ao questionarem as razões pelas quais uma vítima permanece na relação. Diversas falas machistas são dirigidas a ela, o que, aliado a diversos outros fatores, dificulta se sentir confortável para denunciar ou expor os abusos ou o que muitas vezes a faz naturalizar as situações violentas vivenciadas (LYRA et al., 2018). Baseando-se nessa análise inicial e considerando os impactos causados por estas, este estudo buscou reunir artigos sobre o tema a fim de discutir a violência doméstica e seus impactos na saúde mental das parceiras nessa circunstância.

Metodologia

Foi realizado um levantamento bibliográfico nas seguintes bibliotecas virtuais: as bases de dados SciELO, LILACS e BVSsalud. Os descritores aplicados foram escolhidos no site de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), utilizando o operador booleano “E” entre os termos em língua portuguesa, uma vez que o foco da pesquisa é o contexto brasileiro. A estratégia de busca escolhida foi a seguinte: a) “violência contra a mulher” E “violência doméstica”; b) “violência patrimonial” E “abusos”; c) “ciclo da violência” E “relacionamento abusivo”; d) “violência de gênero” E “saúde mental”; e) “mulher” E “danos físicos” E “danos psicológicos”. Optou-se por buscas com os termos separados, a fim de obter um maior número de artigos encontrados.

O recorte temporal desta revisão foi definido entre os anos de 2019 e 2023, levando em consideração as mudanças sociopolíticas no Brasil ocorridas a partir de 2019 com a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro e a subsequente crise sanitária global desencadeada pela COVID-19, que



teve início em 2020. Sabe-se que, desde o governo Bolsonaro, ocorre um deliberado desmantelamento das políticas públicas com uma perspectiva antigênero e antidireitos humanos. Além disso, pesquisas apontam o quanto tal cenário foi agravado com a emergência da crise sanitária resultante da COVID-19, que impactou de maneira significativa as mulheres, tanto no Brasil quanto no mundo (OPAS, 2022, SANTOS; SANTOS, 2021, QUINTANS et al., 2021).

Desse modo, delimitaram-se os critérios de inclusão: tratarem sobre os impactos da violência doméstica na saúde mental das mulheres, serem artigos originais disponíveis eletronicamente na íntegra e de forma gratuita em português e terem sido publicados entre janeiro de 2019 e outubro de 2023. Os critérios de exclusão foram: resumos, artigos de revisão, publicações duplicadas e artigos publicados em língua estrangeira.

O procedimento de busca inicial desses textos foi realizado com a leitura do título, das palavras-chave e do resumo. Após a seleção daqueles que atenderam aos critérios de inclusão, foram excluídas as publicações que se repetiram entre as bases de dados e na mesma base, bem como os artigos publicados em língua estrangeira e outros com acesso pago. Posteriormente, foi feita a leitura na íntegra dos arquivos selecionados para realizar a análise.

A figura 1 apresenta o número de artigos encontrados em cada fase de acordo com o banco de periódicos:

Quadro 1 - Base de periódicos

Base de periódicos	1 Fase	2 Fase	3 Fase	Total
BVSaúde	564	36	77 artigos excluídos	12 artigos
Scielo	583	29		
Lilacs	455	30		

Fonte: Dados de Pesquisa – elaboração dos autores

Resultados e discussão



Após a definição dos critérios apresentados, a primeira pesquisa foi realizada na biblioteca virtual BVSsalud, cujo levantamento de dados resultou, inicialmente, em 564 artigos. Em seguida, aplicaram-se o filtro da data e, por fim, o de idioma – somente português –, encontrando-se, nesse momento, 36 artigos. Os mesmos critérios de busca e exclusão foram utilizados nas outras bases de dados, conforme apresentado na tabela da figura 1. Ao final, foram incluídos 12 artigos na discussão desta revisão de literatura.

Quanto ao número de fontes, a maioria foi encontrada na BVSsalud e na base de dados SciELO, enquanto a LILACS teve apenas 1 artigo escolhido devido ao fato de que os materiais achados nessa base eram repetidos, ou seja, já haviam sido identificados na primeira biblioteca virtual mencionada. A maioria dos artigos escolhidos foi publicada entre 2020 e 2023 e, predominantemente, possui caráter qualitativo, havendo apenas dois considerados pesquisas quantitativas. A figura 2 apresenta todos os textos utilizados como referência no desenvolvimento da revisão de literatura após os critérios de inclusão, bem como seus/suas autores/as, periódicos, base de dados e ano de publicação.

Quadro 2- Artigos encontrados após os critérios de pesquisa:

Título	Primeiro/a autor/a	Periódico	Base de dados	Ano
Homicídios intencionais de mulheres com notificação prévia de violência.	Barros, S.C.D	<i>Acta Paulista de Enfermagem</i>	SciELO	2021
Produções científicas brasileiras em psicologia sobre	Curia, B.G	Psicologia: Ciência e Profissão	SciELO	2020



violência contra mulher por parceiro íntimo				
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NOS RELACIONAMEN- TOS CONJUGAIS E A DEPENDÊNCIA EMOCIONAL: fator que influencia a permanência na relação	da Silva, D	Humanidad es e Tecnologia	SciELO	2020
Acesso e utilização dos serviços de saúde e raça/cor/etn ia entre mulheres: uma metanálise	Da Silva, Silva	Revista Baiana de Saúde Pública	Lilacs	2023
Violência entre Parceiros Íntimos e as Implicações para a Saúde da Mulher.	Lourenço, L.M	Revista Interinstituc ional de Psicologia	BVSsalud	2020



Existe diferença de raça/cor do feminicídio no Brasil? A desigualdade e das taxas de mortalidade por causas violentas entre mulheres brancas e negras.	Monteiro, M.F.G	Periódicos eletrônicos em psicologia	BVSalud	2021
O cuidado às vítimas de violência doméstica: representação social de profissionais da saúde.	Silva, C.D	Revista Baiana de Saúde Pública	BVSalud	2020
Dependência econômica e violência doméstica conjugal no Brasil.	Soares, L.D.S.A	PPP- Planejamento e Políticas Públicas	Revista IPEA	2022
Dispositivos de poder empregados por homens na violência doméstica contra a	Amarijo, C.L	<i>Journal of Nursing and Health</i>	BVSalud	2022



mulher: perspectiva de enfermeiros				
Agravos à saúde mental de mulheres em situação de violência doméstica	Brito, J.S.D.S	Rev. Bras. Psicoter	BVSalud	2022
Produções científicas brasileiras em psicologia sobre violência contra mulher por parceiro íntimo	Curia, B.G	Psicologia: Ciência e Profissão	SciELO	2020
Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira	Oliveira, BMC	Saúde Debate	SciELO	2019

Fonte: Dados de Pesquisa – elaboração dos autores

Diversos artigos usados como referência apresentaram a visão feminina sobre a situação abusiva que insere as mulheres numa posição



de vítima. Os debates se debruçaram sobre questões relacionadas às noções de vítima, violência doméstica e agressor. A figura do homem abusivo possui uma identidade complexa do ponto de vista das companheiras que muitas vezes, além de terem medo dos parceiros íntimos, podem também experimentar outros sentimentos, como culpa, amor e esperanças de que eles mudem (CURIA et al., 2020). É perceptível o quanto esse cenário de agressões e abusos pode deixá-las vulneráveis, e diversos fatores psicossociais estão associados à permanência no relacionamento que lhes causa sofrimento. Nesse sentido, o debate apresentado por Curia et al. (2020) busca evidenciar diferentes contextos complexos e o modo como eles interagem na construção da violência doméstica.

Ao analisar os artigos utilizados como referência para esta revisão de literatura, nota-se que a violência contra a mulher pode causar prejuízos não apenas físicos, mas também psicológicos. A respeito desses danos, cabe acrescentar alguns fatores:

Alguns dos prejuízos associados estão relacionados com dificuldade em se proteger contra gravidez indesejada ou doenças (saúde reprodutiva); doenças psicossomáticas, lesões e, por vezes, óbito (saúde física); e maiores índices de depressão, ansiedade, fobias, suicídio e tentativas de suicídio (saúde psicológica) (CURIA et al., 2020, p. 4).

Conforme mencionado anteriormente, a vítima de um relacionamento abusivo tende a desenvolver diversos problemas e transtornos, incluindo a dependência emocional, cuja influência acaba sendo um dos motivos pelos quais ela permanece na relação. Essa dependência caracteriza-se como um fenômeno no qual ocorre a necessidade de validação da outra pessoa em níveis altos. Nesse contexto, o medo de perder o afeto do companheiro a leva a aceitar qualquer situação abusiva, mesmo que o impacto em sua saúde mental seja notável e doloroso. A mulher em situação de violência com dependência emocional vê seu agressor como um sinônimo de bem-estar, mesmo que ele coloque em risco sua segurança, saúde e autoestima, tornando a saída desse relacionamento cada vez mais difícil.

Eventualmente, mesmo que sinta raiva do agressor, a dependência emocional se sobrepõe. Portanto, essa condição é um fator primordial que faz com que permaneça na relação de violação, mesmo que isso signifique, muitas vezes, a perda de seus direitos e de sua dignidade.



A mulher vitimizada se vê constantemente com medo, receando não encontrar alguém que a ame ou a valorize (DA SILVA; SILVA, 2020). Nessa perspectiva, é possível afirmar que:

A dependência emocional é caracterizada por reforço negativo, pois leva em consideração o medo que a mulher tem de perder o afeto do seu parceiro, enquanto o amor configura-se em reforço positivo, pois acrescenta-se a afetividade, afirmando que quando duas pessoas ficam juntas por hábitos ou dependências emocionais elas tendem a desencadear um ódio inconsciente uma pela outra, o que provoca cada vez mais o aumento de uma relação disfuncional e até mesmo o aumento das agressões (DA SILVA; SILVA, 2020, p. 331)

Com destaque para os fatores críticos apresentados, nota-se que uma parceira no contexto de uma relação abusiva, com agravante de dependência emocional, vê-se obrigada a aceitar todo tipo de violação de seus direitos a partir do dispositivo do amor romântico (ZANELLO, 2020), principalmente porque há, por parte da vítima, um terrível receio de abandono. Na perspectiva da presente pesquisa, existem dois problemas em relação à dependência emocional: ela é negligenciada pela sociedade e pouco discutida por especialistas. Essa falha no debate dificulta que a própria vítima compreenda o contexto que a cerca. Além disso, pesquisas específicas sobre esse assunto são escassas, ou seja, evidencia-se a carência de estudos e reflexões sobre violência doméstica e seus impactos na saúde mental de mulheres a partir de uma perspectiva de gênero (ZANELLO; SILVA, 2012).

As humilhações presentes no relacionamento causam danos morais e psicológicos que, não raramente, evoluem para um quadro de depressão e ansiedade. Tudo isso está diretamente relacionado à manipulação e ao jogo emocional ocorridos na relação. Além da questão da permanência no relacionamento por dependência emocional, existem outros fatores, sendo possível mencionar a violência financeira e, conseqüentemente, a dependência econômica.

Com relação a este último, observa-se que, dentro de um casamento, a violação tende a se agravar devido à situação econômica do casal, embora não seja, de maneira alguma, a única razão, mas sim um adicional. A esposa, dentro do contexto neoliberal, pode enfrentar dificuldades para conseguir emprego, o que a leva a depender financeiramente do marido, sujeitando-se a vários abusos que, a princípio, não são percebidos ou costumam ser ignorados. Essa relação de poder torna-se cada vez mais abusiva à medida que sua sujeição, tanto



financeira quanto emocionalmente, cresce, tornando-se um ciclo progressivamente mais difícil de ser superado.

Essa discussão pode ser encontrada no artigo de Amarijo et al. (2022), no qual são retratados os diversos instrumentos de violência que forçam a parceira a sobreviver na posição de vítima. A questão da dependência financeira vai muito além do que se discute superficialmente na sociedade, visto que, ao subjugar-la através de recursos financeiros, o agressor faz com que ela dependa dele em diversos sentidos. A respeito disso, afirmam as autoras:

A dependência financeira ao agressor também é um dispositivo de poder material utilizado pelos homens. Essa artimanha é usada para manter a mulher destituída de poder, uma vez que, sem meios para se manter, ela necessita do companheiro para alimentar a si e a sua prole. O acesso a alguns programas sociais de renda e auxílios não foge da morosidade do sistema social atual, dificultando a saída da mulher da situação de violência. Quando a mulher deseja realizar a denúncia, esbarra na questão de não ter lugar para morar (AMARIJO et al., 2022, p. 8)

Diante disso, nota-se que a violência contra a mulher está presente tanto nos espaços privados (lares) quanto nos espaços públicos, estendendo-se à sociedade como um todo e é repetitiva e cotidiana. Do ponto de vista social, o relacionamento abusivo é considerado um “problema do casal” a ser resolvido entre os dois e, sobretudo, torna-se uma caminhada solitária e dolorosa para a parte feminina, que enxerga as circunstâncias como inevitáveis, muitas vezes considerando-se culpada pelas agressões.

A causa mais comum da permanência nesse relacionamento é a sensação de impotência e solidão, dois aspectos diretamente ligados aos abusos e ao isolamento ocasionados pelo cônjuge. De acordo com Soares e Teixeira (2022), não há, de maneira concreta, um consenso na literatura acerca da dependência financeira, isto é, alguns estudos afirmam que a conquista de autonomia financeira pode ser um fator de diminuição da violência doméstica, enquanto outros apontam que o aumento econômico por parte da mulher na relação pode aumentar as chances de agressão devido à perda de dominação do agressor sobre sua vítima.

Segundo um estudo realizado pela pesquisadora e pelo pesquisador, pode-se encontrar o seguinte dado relevante acerca dessa forma de opressão:



(...) a violência intrafamiliar (de parente, cônjuge ou ex-cônjuge) e de pessoas conhecidas representa 68,86% da violência contra a mulher – ou seja, as mulheres sofrem violência, na maioria das vezes, por pessoas próximas. A maior parte dos ofensores encontra-se na categoria de cônjuge ou ex-cônjuge(...). (SOARES; TEIXEIRA, 2022, p.12)

Contudo, cabe mencionar que, apesar desse número, esses abusos são extremamente subnotificados, seja por medo, seja por vergonha, além de configurarem casos de violência que ocorrem no ambiente onde a parceira supostamente deveria encontrar segurança, ou seja, dentro de sua própria casa. Nesse sentido, constata-se a importância de profissionais da saúde sensíveis a casos de violência doméstica, que enxerguem as agressões como situações passíveis de intervenção e que possam auxiliar uma mulher vitimada a obter apoio nas unidades de saúde, contribuindo para diminuição dos agravos na saúde. A partir dessa análise, é necessário afirmar e reconhecer que esse tipo de violação é, além de tudo, uma questão de saúde pública e deve ser tratado como tal, isto é, não é um problema a ser enfrentado apenas por suas vítimas. Conforme Barros et al. (2021):

Os serviços de saúde são locais em que, muitas vezes, as vítimas de violência buscam assistência. As equipes de saúde podem se deparar com casos de violência, desde a atenção primária, até o nível terciário da atenção à saúde. É necessária a compreensão de que os serviços de saúde precisam atuar de forma integrada com os demais setores da rede de proteção da vítima de violência. Dessa forma, a notificação da violência, por meio da ficha de notificação de violência interpessoal/autoprovocada, quando articulada com o encaminhamento da vítima para os demais serviços (segurança pública, assistência social) pode interromper o ciclo de violência. Quanto aos gestores da saúde, entende-se que necessitam conhecer normas e/ou protocolos existentes para o enfrentamento da violência contra a mulher, para, dessa forma, ofertar assistência às vítimas de violência. (BARROS et al., 2021, p. 6)

Essa assistência se manifesta por meio do incentivo à denúncia, do encaminhamento para as autoridades e de outras orientações (Silva et al., 2020). A visão acolhedora e humanizada em relação às mulheres em situação de violência pode representar uma intervenção crucial para o término de um ciclo de abusos, demonstrando à paciente que ela não está sozinha, mesmo que, por medo e vergonha, ela opte por não efetuar uma denúncia e/ou por permanecer na relação.



Nessa perspectiva, a discussão sobre dependência e violência financeira não se esgota quando ocorre uma denúncia. Diversas questões permeiam esse contexto, sendo importante refletir sobre elas e chamar a atenção para a problemática via sensibilização. Quem pode garantir a sobrevivência de uma mulher e seus filhos nessa circunstância violenta? Com quais recursos financeiros e políticas públicas poderão contar? Em caso de denúncia, ela terá um lugar seguro para o qual retornar ou será novamente vitimizada pelas agressões e pelos abusos do cônjuge? Essas indagações devem ser levadas em consideração, especialmente em uma sociedade que tende a responsabilizar e culpabilizar as vítimas de violência doméstica e a tratar o tema apenas sob o crivo da criminalização de seus autores.

Inegavelmente, trata-se não só de alertar as mulheres sobre as violações cometidas em relacionamentos, mas também de oferecer assistência e apoio para encerrar esse ciclo, ou seja, não basta apenas discutir o assunto, é fundamental buscar garantir que tenham condições dignas de vida. Acima de tudo, é necessário observar com sensibilidade que elas não são simplesmente vítimas da violência, mas também indivíduos cuja autonomia foi subtraída pelas circunstâncias de uma relação abusiva.

Em contrapartida, se a violência se apresenta como uma realidade no cotidiano de milhares de mulheres, há um fator agravante que, sem dúvida, amplia a desigualdade de gênero: a questão racial (QUINTANS et al., 2021). Inquestionavelmente, o debate sobre a violência doméstica afirma que tal contexto existe independentemente da cor ou classe social da vítima. No entanto, esse cenário parece estar repleto de diversas outras questões quando se trata de companheiras negras ou pardas. Isso ocorre porque o sexismo, quando combinado com o racismo, representa uma violência cujo alcance ultrapassa a violência doméstica per se e torna alguns grupos mais vulneráveis do que outros. É assim que feministas negras têm problematizado a importância de um debate de gênero bem como sobre essa forma de agressão a partir de uma perspectiva interseccional (DAVIS, 2016, CRENSHAW, 2002). Nos termos de Oliveira e Kubiak (2019, p. 941):

O racismo e o sexismo repercutem de diferentes formas na sociedade, implicando restrições específicas dos direitos das populações vitimadas, e, ao se tratar de mulheres negras, considerando, ainda, a ação de um duplo preconceito. A exemplo disso, dados revelam que as mulheres negras possuem menor expectativa de vida e maior índice de



morte por transtornos mentais do que as mulheres brancas (OLIVEIRA; KUBIAK, 2019, p. 941).

No que se refere à violência doméstica, historicamente, as mulheres negras são alvos de agressões, pois são estigmatizadas devido ao passado da escravidão. Na sociedade brasileira, enfrentam maiores desvantagens econômicas e sociais, além de terem menos acesso a serviços de saúde em caso de violência (MONTEIRO; ROMIO; DREZETT, 2021), e, como resultado, a taxa de mortalidade decorrente dela é mais alta entre pretas e pardas do que entre brancas. A esse respeito, é possível identificar diversos fatores de agressão:

A expressão do racismo na dimensão institucional dos serviços de saúde foi observada em diferentes estudos ao mostrarem que, comparadas às mulheres brancas, as mulheres negras foram significativamente menos propensas a fazer o Papanicolau e/ou exame de mama, tiveram piores condições no pré-natal, parto e puerpério, maiores chances de diagnóstico tardio de câncer de mama e enfrentaram mais dificuldades institucionais no acesso aos serviços de saúde para atenção pós-aborto. (DA SILVA et al., 2023, p.4)

Ao abordar essa discussão tão sensível, é inegável que existe uma disparidade social significativa entre negras (pretas e pardas) e brancas. Partindo do mesmo princípio, os casos de violência, mesmo que não ocorram no contexto doméstico, atingem majoritariamente as mulheres negras, ou seja, os impactos do racismo as afetam constantemente, nas relações públicas ou privadas, sociais ou íntimas. As autoras Oliveira e Kubiak (2019) afirmam que: “não só as mulheres negras têm o pior atendimento à saúde como também possuem os piores índices de escolaridade e renda.” (OLIVEIRA; KUBIAC, 2019, p. 945)

O debate sobre violência doméstica, com ênfase nas parceiras negras, deveria receber maior atenção por parte do Estado e da sociedade civil organizada. Cabe questionar por qual motivo elas são desconsideradas pelas políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. Como resultado, representam a maioria dos casos de feminicídio (MUGNATTO; SEABRA, 2021). Ainda de acordo com a mesma fonte, é possível destacar que, durante a pandemia da COVID-19, a cada 8 minutos uma mulher era violentada, e pelo menos metade delas era negra.



Resultados e discussão

Esta breve revisão de literatura nos permite afirmar que a violência doméstica resulta em danos que ultrapassam a barreira do relacionamento e prejudicam a mulher nas várias dimensões de sua vida: seja em termos físicos e materiais, seja em termos psicológicos e sociais. No que diz respeito à saúde mental, a vítima pode ser mais propensa a desenvolver transtornos, por exemplo, depressão e ansiedade, além de se distanciar de seu círculo de amizades e familiares. É importante discutir todas essas questões por causa dos seguintes aspectos: as mulheres que conhecem seus direitos e as circunstâncias da violência doméstica podem compreender os sinais de abuso vindos de seus companheiros, independentemente se o companheiro em questão é namorado, marido etc., bem como ter as condições geradoras de agravos em saúde diminuídas.

Além disso, é de extrema importância que essa discussão seja levada a todos os setores da sociedade, a fim de que se compreenda social, pública e politicamente os impactos sociais e de saúde na vida das mulheres em situação de violência, tratando-se de pensar essa violação como um problema de saúde pública e, portanto, um obstáculo a ser combatido e debatido por todos/as.

O breve levantamento apresentado nos oportuniza perceber as complexidades que cercam os debates e as ações em torno dessa temática e suas consequências na saúde física, mental e social das vítimas. Ao acessarmos as diversas pesquisas, pudemos verificar a existência de barreiras tanto institucionais quanto estruturais. Um debate sobre esse tipo de agressão que desconsidere aspectos de ordem cultural, social, política, institucional, racial tende a invisibilizar os dispositivos sociopolíticos produtores de vulnerabilidades sociais.

Os dados apresentados por meio da compilação dos artigos nos desafiam a realizar novas pesquisas que possam contribuir para a construção e consolidação de políticas públicas comprometidas com o enfrentamento a toda forma de violência de modo geral e, de modo particular, com o enfrentamento daquelas que são cometidas contra mulheres. É preciso afirmar a importância e a urgência de criação e consolidação de políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos e acessos às parceiras em situação de violência doméstica e que possam resultar na superação dos agravos na saúde dos sujeitos que vivenciam tais situações.



Referências

AMARIJO, C. L., Et al. (2022). Dispositivos de poder empregados por homens na violência doméstica contra a mulher: perspectiva de enfermeiros. *Journal of Nursing and Health*, 12(1), 1-15. <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/JONAH/article/view/4257/3525>.

BARROS, S. C. D., Et al. (2021). Homicídios intencionais de mulheres com notificação prévia de violência. *Acta Paulista de Enfermagem*, 34, eAPE00715, 1-8. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO00715>

BRASIL. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).

BRITO, J. C. D. S.; SILVA JÚNIOR, E. G. D.; EULÁLIO, M. D. C. (2022). Agravos à saúde mental de mulheres em situação de violência doméstica. *Rev. Bras. Psicoter.* (Online), 113-129.

CRENSHAW, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, 10(1),171-188.

CURIA, B. G.; Et al. (2020). Produções científicas brasileiras em psicologia sobre violência contra mulher por parceiro íntimo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e189184.

DA SILVA, D.; SILVA, R. L. F. C. (2020). Violência contra as mulheres nos relacionamentos conjugais e a dependência emocional: fator que influencia a permanência na relação. *Humanidades e Tecnologia (FINOM)*, 20(1), 328-340.

DA SILVA SILVA, F.; Et al. (2023). Acesso e utilização dos serviços de saúde e raça/cor/etnia entre mulheres: uma metanálise. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 47(2), 264-282.



DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo, Boitempo, 2016.

LYRA, J.; Et al. (2018) Narrativas de mulheres sobre o enfrentamento à violência na saúde. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, 52, 1-23.

LOURENÇO, L. M.; COSTA, D. P. (2020). Violência entre Parceiros Íntimos e as Implicações para a Saúde da Mulher. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 13(1), 1-18.

MONTEIROA, M. F. G.; ROMIOB, J. A. F.; DREZETTC, J. (2021). Existe diferença de raça/cor do feminicídio no Brasil? A desigualdade das taxas de mortalidade por causas violentas entre mulheres brancas e negras. *J Hum Growth Dev*, 31(2), 358-366.

MUGNATTO, S.; SEABRA, R. (2021). Mulheres negras são maioria das vítimas de feminicídio e as que mais sofrem com desigualdade social. Recuperado de <https://www.camara.leg.br/temas/direitos-humanos>

OPAS. Pandemia de COVID-19 afetou mulheres desproporcionalmente nas Américas. Organização Pan-Americana de Saúde, 08 mar. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/8-3-2022-pandemia-covid-19-afetou-mulheres-desproporcionalmente-nas-americas#:~:text=O%20estudo%20aponta%20para%20v%C3%A1rias,seus%20colegas%20do%20sexo%20masculino>. Acesso em: 26 out. 2023.

OLIVEIRA, B. M. C.; KUBIAK, F. (2019). Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, 43(122), 939-948.

QUINTANS, M. T.; Et al. (2021). Os impactos da pandemia da Covid-19 na vida das mulheres no contexto brasileiro : sob a perspectiva de raça, classe e gênero. *InSURgência: Revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, 7(2): 287-308. <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/38578>



SANTOS, F. K. L.; SANTOS, K. C. (2021). Impactos da pandemia Covid-19 na vida das mulheres e a falha nas políticas públicas. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, 21(230): 189-200. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/55939>

SILVA, A.F.; Et al. (2022). Elementos constitutivos da masculinidade ensinados/apreendidos na infância e adolescência de homens que estão sendo processados criminalmente por violência contra a mulher/parceira. *Ciência & Saúde Coletiva* [online], 27(6), 2123-2131.

SILVA, C. D.; Et al. (2020). O cuidado às vítimas de violência doméstica: representação social de profissionais da saúde. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 44(4), 160-173.

SOARES, L. D. S. A.; TEIXEIRA, E. C. (2022). Dependência econômica e violência doméstica conjugal no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, 61, 263-283. <https://doi.org/10.38116/ppp61art9>

TEIXEIRA, J.M.S.; PAIVA, S. P. (2021). Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 31(2), e310214, 1- 21.

ZANELLO, V. (2020). Masculinidades, Cumplicidade e Misoginia na “Casa dos Homens”: um estudo sobre os grupos de whatsapp masculinos no Brasil. (pp.79-102). In: FERREIRA, L. (Org.). *Gênero em perspectiva*. Curitiba: CRV.

ZANELLO, V., & Silva, R. M. (2012). Saúde Mental, Gênero e Violência Estrutural. *Bioética*, 22 (2), 267- 279.



Impacts of Domestic Violence on Women's Mental Health: A literature review (2019-2023)

Abstract: Violence against women, especially within intimate relationships, is a complex and multifaceted phenomenon that must be treated seriously. In recent years, discussions about abusive relationships have grown, whether in the academic or social spheres, together with the high number of complaints and cases publicized by the media. It is necessary to question the reasons that lead a woman to remain in this type of relationship, which affects her both psychologically and physically, shaking her self-esteem and placing her in situations of daily violence. With the aim of understanding this problem, this research, of a qualitative nature, focused on the literature review, based on the SciELO, LILACS and BVSalud databases, of academic productions in Portuguese produced in the last five years (2019- 2023). The results allow us to affirm the importance of further research on this issue as well as the need to create and consolidate public policies that contribute to guaranteeing rights and access that can reflect on overcoming women's health problems.

KEY WORDS: Gender Relations. Domestic violence. Mental health. Health Problems. Literature review.

IMPACTOS DE LA VIOLENCIA DOMÉSTICA EN LA SALUD MENTAL DE LAS MUJERES: UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA (2019-2023)

RESUMEN: La violencia contra la mujer, especialmente en las relaciones íntimas, es un fenómeno complejo y multifacético que debe abordarse con seriedad. En los últimos años han crecido los debates sobre las relaciones abusivas, ya sea en el ámbito académico o social, junto con el elevado número de denuncias y casos difundidos por los medios de comunicación. Es necesario cuestionarse los motivos que llevan a una mujer a permanecer en este tipo de relaciones, que la afectan tanto psicológica como físicamente, sacudiendo su autoestima y colocándola en situaciones de violencia cotidiana. Con el objetivo de comprender esta problemática, esta investigación, de carácter cualitativo, se centró en la revisión de la literatura, con base en las bases de datos SciELO, LILACS y BVSalud, de producciones académicas en portugués producidas en los últimos cinco años (2019-2023). Los resultados permiten afirmar la importancia de seguir investigando sobre este tema, así como la necesidad de crear y consolidar políticas públicas que contribuyan a garantizar derechos y acceso que puedan reflejarse en la superación de los problemas de salud de las mujeres.



PALABRAS-CLAVE: Relaciones de Género. La violencia doméstica. Salud mental. Problemas de salud. Revisión de literatura.

Ellen CAMYLE

Acadêmica do curso de psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), pesquisadora do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC).

E-mail: soueuaellenc@gmail.com

Esmael Alves de OLIVEIRA

Graduado em Filosofia e Psicologia, doutor em Antropologia Social (PPGAS/UFSC), docente dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi) e Antropologia (PPGAnt) da Universidade Federal da Grande Dourados.

E-mail: esmael_oliveira@live.com

Recebido em: 22/02/2024

Aprovado em: 30/05/2024